

QUALIDADE DE VIDA E NECESSIDADES SENTIDAS: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA*

1. O DEBATE ATUAL: ALGUMAS POSSIBILIDADES

O tema qualidade de vida tem sido bastante debatido nos últimos anos e apresentado sobre diversas óticas. Neste artigo, procurarei apresentar ao leitor algumas possibilidades deste debate, bem como a opção teórico-metodológica que privilegio para a discussão deste tema. Apresentarei, também, alguns exemplos de pesquisas recentes procurando enfocar, claramente, o que entendo como qualidade de vida.

Alguns autores já assinalaram que esse conceito é, de uma certa forma, antigo, e se constitui em uma busca *utópica* do ser humano por progresso e desenvolvimento econômico (Buarque, 1993), ou seja, melhorar a qualidade de vida significaria viver melhor, tanto no sentido objetivo quanto subjetivo do ser. No entanto, o que se percebe é que muito mais do que uma busca individual, construir uma vida melhor deveria partir da consideração de que o mais importante seria *a diminuição da distância entre as necessidades e as possibilidades de sua satisfação* (Heller, 1996), ou seja, a necessidade de definição de um projeto político-social que permitiria construir qualidade de vida coletiva.

(*) Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais, ICH - PUC-Campinas e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) - UNICAMP.

É importante, antes de apresentar esse debate, reconhecer que o mesmo tem sido historicamente construído e que não existe um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida. Assim, é bom lembrar que, embora esses aspectos não serão aqui tratados, a partir dos anos 70, o debate no Brasil, sobre as carências sociais começaram a ser identificados sobre o ponto de vista da saúde coletiva e posteriormente a partir do conceito de condições de vida, vários autores contribuíram para ampliar e fundamentar o debate¹.

Nos anos 90, começa a ficar presente, pelo menos para alguns autores, o conceito de qualidade de vida, apesar de que no início ainda tratado a partir de indicadores sociais clássicos, posteriormente, foram incorporados outros aspectos para o debate contemporâneo. Atualmente, é possível fornecer elementos para se pensar na qualidade de vida decorrente de indicadores *objetivos* (sociais) e de indicadores *subjetivos*, mediados, no caso das pesquisas por mim desenvolvidas (Barbosa, 1992 e 1996), a partir de condições concretas de saúde - física e mental - e da convivência em um ambiente minimamente saudável e politicamente construído. A percepção que os indivíduos possuem do seu viver cotidiano no ambiente urbano é fundamental e será através deste recorte que analiso algumas dimensões da saúde mental dos indivíduos que será possível refletir sobre esse tema.

2. QUALIDADE DE VIDA, AMBIENTE E SAÚDE: O DEBATE SOBRE NECESSIDADES BÁSICAS

A existência de uma relação entre qualidade de vida e questão ambiental é muito recente, sendo historicamente demarcada no debate contemporâneo a partir do ano de 1989. Os signos dessa relação se estabeleceram quando as questões sobre a degradação ambiental, começaram a se impor no cenário mundial e foram se aproximando gradativamente da temática sobre a qualidade de vida da população em geral. Os melhores exemplos para reforçar essa

afirmação foram a realização de Conferências na Inglaterra e França patrocinadas pelo governo desses países, um comunicado oficial sobre o tema emitido pelo grupo que participou do encontro econômico de cúpula do Grupo dos Sete, em julho do mesmo ano (Brown & Flavin, 1990: 11), a preparação do encontro mundial Rio 92 e os vários desdobramentos que esse encontro possibilitou.

A partir desta constatação, o tema passou a ser objeto de uma publicação mundial, fruto de pesquisas e debates organizados pelo Worldwatch Institute, onde qualidade de vida figura como força motriz e diversos aspectos desta temática são abordados a cada ano². Entre nós existem algumas publicações onde o tema figura como objeto central³, apresentando diversos trabalhos com discussões teóricas diferenciadas sobre o assunto, bem como, tem sido abordado de maneira genérica em alguns outros trabalhos⁴.

No entanto, o tema *qualidade de vida* e outras possíveis relações, como por exemplo a saúde, já foi amplamente debatido entre nós. Em 1981, ocorreu no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), um Seminário de Estudos Urbanos, onde ficou evidente a pertinência do tema. Souza, a partir desta experiência, apontou que a qualidade de vida, seja à qual realidade estiver orientada, é uma questão complexa e multifacetada, pois abrange *tanto a distribuição dos bens de cidadania - os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais - quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e, nem por isso, menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social* (Souza, 1984: 15). Essa linha de análise é fundamental para a discussão da qualidade de vida enquanto um projeto a ser construído, pois, por ser um tema complexo passa, essencialmente, pela questão da cidadania.

Algumas outras contribuições tratam sistematicamente de estudos de caso onde vários aspectos da relação entre qualidade de vida, saúde e ambiente são tratados. Em Cordeiro (1984), encontra-se uma importante análise sobre a qualidade de vida e as

condições de saúde para o caso do Rio de Janeiro. O autor afirma que, a análise sobre as necessidades de saúde das populações urbanas é remetida ao conceito de qualidade de vida e, desta forma, relacionada aos determinantes sociais do processo saúde-doença. Para o autor, as necessidades de saúde como uma das vertentes da qualidade de vida não podem ser separadas dos movimentos sociais urbanos e nem da dimensão da cidadania.

Em outros estudos nesta mesma linha apontada anteriormente, pode-se observar uma análise interessante sobre uma realidade local (Paulínia, SP), onde o papel da industrialização e urbanização foram constituintes de um novo padrão de morbi-mortalidade, bem como, de transformações culturais que implicaram em mudanças significativas na qualidade de vida da população (Barbosa, 1990). Num outro, pode-se ter considerações teóricas com aportes de uma reflexão empírica sobre determinados aspectos da realidade observada em Paulínia (Barbosa, 1992). Estudos de casos que levaram em conta o papel das transformações populacionais recentes e as considerações que advém desta realidade foram também objetos de algumas análises (Matavele, 1992; Carmo, 1995). E, ainda, pode-se encontrar pesquisa onde o foco principal de análise se deu através do ambiente e a urbanização em uma microbacia do município de Campinas onde a valorização dada à qualidade de vida se fez através do grau de satisfação das necessidades materiais e espirituais do indivíduo e da sociedade que pudessem ser satisfeitas (Leal, 1995). E ainda em um outro, onde a análise ficou centrada em usuários de Centros de Saúde e Unidades de Saúde Mental de quatro municípios da região das bacias hidrográficas dos rios Piraciaba e Capivari: Bragança Paulista, Campinas, Piracicaba e Sumaré, e de que maneira as transformações sócio-ambientais são de fundamental importância para a saúde mental e comprometem a qualidade de vida dos moradores destes municípios (Barbosa, 1996).

Jacobi (1993) coordenou uma pesquisa sobre ambiente e qualidade de vida domiciliar na cidade de São Paulo, parte integrante

de um projeto de avaliação das condições ambientais urbanas em cidades do Terceiro Mundo, realizada simultaneamente nas cidades de Accra, em Ghana e em Jakarta, na Indonésia, o qual foi coordenado pelo Stockholm Environment Institute - SEI, Suécia. O principal objetivo da pesquisa foi abordar a questão ambiental na cidade de São Paulo, tanto a partir do universo domiciliar no contexto da problemática urbana, quanto na percepção dessa questão pela população diretamente atingida.

Esses poucos exemplos são importantes para podermos detalhar mais significativamente o aporte que interessa, primordialmente, à essa reflexão, ou seja, o viver urbano na modernidade tem alterado significativamente a qualidade da vida dos indivíduos. Essa alteração será avaliada através do *sentir-se doente*, observado atualmente nos centros urbano-industriais, e da inviabilidade da satisfação de necessidades básicas (subjetivas e objetivas), que comprometem a psique e provocam, no indivíduo, um estado de inquietação, insatisfação e depressão.

3. QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE MENTAL: TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS E CARÊNCIAS BÁSICAS

A ocorrência de significativas transformações na sociedade, produto de um modelo determinado de desenvolvimento, promove mudanças específicas do ponto de vista sócio-cultural, econômico, político e ambiental para a população e, em decorrência, traz consequências importantes para a psique individual. A expressão destas transformações na psique é possibilitada por um crescente estado de *anomia* que se abate nos indivíduos através da desordem, da insensibilidade e em efeitos mais graves, que são os transtornos mentais. O que se pode observar atualmente, em decurso desse processo, é que o indivíduo faz um enfrentamento cotidiano e procura fazer

escolhas, mais ou menos racionais, para lidar com a crescente complexidade da sociedade atual.

Para pensar sobre essas questões pode-se caminhar no sentido apontado por Morin (1973), onde o indivíduo é considerado o exemplo mais bem acabado de complexidade e, que esta impõe duas dimensões imediatas, que são *alteridade e autonomia*. No entanto, a partir desta consideração permanece uma questão: como o indivíduo se torna autônomo e individualizado em uma vivência cotidiana de enfrentamento com as transformações, a complexidade da própria sociedade e a produção crescente de um estado de anomia? É uma tarefa fácil? Não. Chega-se a essa conclusão porque estamos falando de algo que não está distante de nós. Está sendo falado de todos nós.

Essa dificuldade que reside na intimidade do indivíduo é acrescida por um quadro repleto de aspectos determinantes observáveis no padrão epidemiológico que se altera com a urbanização e industrialização, a crescente violência urbana, riscos ambientais, tanto no sistema produtivo quanto nas condições de habitação, e mesmo as significativas transformações da relação do homem com os recursos naturais. São essas características que têm comprometido a qualidade de vida dos moradores.

A qualidade de vida comprometida mostra, como na pesquisa já referida em Barbosa, 1996, um número significativo de moradores, principalmente aqueles em idade economicamente ativa, acometidos por uma variedade de *sinais* que podem ser observados através de um discurso que expressa pessimismo, apatia, depressão, falta de interesses variados, abandono de causas políticas e uma profusão de sintomas físicos sem causas clínicas diagnosticáveis.

Atualmente há uma série de questões e proposições que podem ser levantadas a partir da leitura dos mais destacados autores que defendem a relação temática entre ambiente e qualidade de vida⁵. Para eles, predominantemente, as condições do ambiente, tanto físicas como sociais, incidem na possibilidade de satisfação das necessidades, desejos e aspirações do ser humano, e portanto,

diretamente em seu cotidiano. Nesse sentido, o estado do ambiente, ou seja, a qualidade ambiental de uma sociedade e a organização interna do sistema societal são fatores principais que incidirão sobre a qualidade de vida (Gallopín, 1986).

O ambiente no qual está exposta uma pessoa não é o mesmo que o ambiente de uma sociedade, o qual, por sua vez, pode diferir do ambiente que rodeia a humanidade como um ente coletivo. Assim mesmo, as características ambientais em geral podem diferir entre pessoas ou grupos dentro de uma mesma sociedade e também entre sociedades (Gallopín, 1986).

Desta forma, pode-se visualizar duas grandes categorias no ambiente que um indivíduo ou um grupo social estão expostos: o *ambiente bio-geofísico-químico* (físico) e o *ambiente social*. O ambiente físico é composto por ar, água, clima, assim como a cidade, o campo, o ambiente de trabalho, as condições físicas, de vida, plantas, animais, etc. Muitos desses fatores, no entanto, estão relacionados aos condicionantes sociais, econômicos e culturais, que afetam a possibilidade de satisfação das necessidades humanas materiais.

Para Gallopín (1986), o ambiente social das pessoas ou grupos inclui fatores tais como o tipo e a qualidade das relações interpessoais; o acesso ao trabalho produtivo, à educação e à cultura, a participação política e a liberdade de expressão, as influências psicossociais, relacionadas, geralmente, com os fatores externos que incidem na probabilidade de satisfazer as necessidades humanas não materiais. Já o ambiente físico da sociedade inclui tanto o ambiente natural como o ambiente construído. O ambiente externo apresenta tanto componentes físicos como sociais. Por sua vez, o ambiente da humanidade como um todo (sociosfera) pode ser caracterizado pelo ambiente físico, que inclui a atmosfera, a hidrosfera, a litosfera, a biosfera e a tecnosfera - este último termo utilizado pelo autor para designar o ambiente total construído pelo homem. Essa complexidade exige uma abordagem interdisciplinar e diferentes olhares para que se possa analisar os aspectos físicos e sociais.

A inter-relação de todos esses fatores é um aspecto interessante, pois que o homem como entidade biológica é membro de uma só espécie e suas necessidades físico-químicas e biológicas variam relativamente pouco entre os diferentes grupos e sociedades. Por sua vez, os componentes econômicos, sociais e culturais mais importantes do ambiente podem variar amplamente entre os diferentes grupos humanos e organizações sociais. Os diversos sistemas humanos percebem diferentemente e atribuem valores distintos aos muitos aspectos específicos e presentes no ambiente (Gallopín, 1986).

Para Gilberto Gallopín, o conceito de qualidade de vida deveria ser referendado numa proposta da pessoa enquanto indivíduo, pois que, é importante assinalar, em sua opinião, que *as condições ambientais a que estão expostas as pessoas se relacionam intimamente à qualidade de vida*. Conceito este que é concebido a partir da resultante da *saúde psicossomática* de uma pessoa (avaliada objetiva e inter-subjetivamente) e o sentimento (subjetivo) de satisfação. A saúde individual e coletiva depende de variáveis biológicas e do grau de cobertura das necessidades dos seres humanos, e a satisfação depende da subjetividade e do grau de cobertura dos desejos e aspirações. As necessidades humanas são geralmente concebidas como requerimentos genéricos dos seres humanos para manterem-se saudáveis; os desejos e aspirações são as formas concretas em que uma pessoa busca cobrir suas necessidades, especificando os fatores de satisfação requeridos.

Os fatores de satisfação são os elementos cujo uso ou consumo determinam a concretização de uma necessidade, desejo ou aspiração. Alguns são provenientes da própria pessoa e outros provêm do seu ambiente e são obtidos através de suas atividades. As condições do ambiente das pessoas, tanto em seus aspectos físicos como sociais, incidem na possibilidade de satisfação de suas necessidades, desejos e aspirações e, por tanto, diretamente em sua qualidade de vida.

O estado do ambiente da sociedade, em outras palavras, também pode influir sobre a qualidade de vida das pessoas que pertencem a uma sociedade, mas, em geral, de um modo menos direto. As condições do ambiente de uma sociedade, somadas à organização interna do sistema humano societal, são os fatores principais que incidem sobre a qualidade de vida das pessoas. Desta forma, a qualidade de vida pode ser utilizada como conceito unificador que permite relacionar as necessidades humanas, os ambientes individuais e sociais e o desenvolvimento humano.

Neste sentido, o próprio conceito de qualidade ambiental é importante e deve, necessariamente, incluir aspectos tanto objetivos quanto subjetivos. Em termos gerais, entende-se por qualidade ambiental os juízos de valor relacionados ao estado ou condições do ambiente. O estado se refere aos valores (quantitativos ou qualitativos) adotados em uma situação e momentos dados, por variáveis ou componentes do ambiente que exerçam uma maior influência sobre a qualidade de vida presente e futura dos componentes de um sistema humano (Gallopín, 1986).

Para detalhar o conceito de qualidade de vida seria interessante observar o documento do Centro de Alternativas de Desenvolvimento (Cepaur, 1986), quando, ao questionar o modelo de desenvolvimento, acrescenta que o melhor será aquele que permitir elevar mais a qualidade de vida das pessoas. O texto propõe que a *“qualidade de vida dependerá das possibilidades que tenham as pessoas de satisfazer adequadamente suas necessidades humanas fundamentais”*. Como esse conceito coloca acentuadamente a dimensão subjetiva, o próprio documento faz um alerta importante a esse respeito: afinal, quais são essas necessidades fundamentais e quem, em última instância, decidirá quais são?

É importante fazer uma distinção entre necessidades e fatores de satisfação dessas necessidades. A pessoa é um ser de necessidades múltiplas e interdependentes. Assim, as necessidades humanas devem ser entendidas como um sistema em que as mesmas

se interrelacionam e interagem; podendo ser desagregadas conforme vários critérios. O documento propõe a combinação de alguns critérios importantes, porque permite operar com uma classificação que inclui: as necessidades de ser, ter, haver e estar; e as necessidades de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade (Cepaur, 1986).

Um exemplo interessante, que permite analisar a diferença entre necessidades e fatores de satisfação, pode ser explicitado através da consideração em que abrigo e alimentação não podem ser considerados como necessidades, senão como fatores de satisfação da necessidade fundamental de subsistência. *A educação, o estudo, a pesquisa, a estimulação precoce e a meditação*, são fatores de satisfação da necessidade de entendimento; sem contar ainda um último exemplo que são os sistemas curativos, a prevenção e os esquemas de saúde, que são fatores de satisfação da necessidade de proteção (Cepaur, 1986).

A partir destes exemplos, o documento vai enfocar os diversos problemas que acreditam ser decorrência da não satisfação das necessidades fundamentais, principalmente no contexto da América Latina. É importante acrescentar que há dois agrupamentos básicos no texto: carências econômicas e as patologias decorrentes e carências políticas, associadas também a patologias específicas. Ao nível econômico, há os seguintes geradores: desemprego, dívida externa, hiperinflação; como a capacidade dos indivíduos de satisfazer tanto carências básicas do ser, ter, haver, estar; assim como de subsistência, proteção, etc., acabando por estabelecer patologias coletivas de frustração que repercutem tanto no psicológico quanto no social. No nível político, o documento se refere a um quadro muito comum na América Latina, fruto dos períodos intensos de exceção política e da constituição da cidadania, que acabou gerando um quadro coletivo de violência, marginalidade, exílio e medo.

Com isso, chega-se a uma reflexão importante relativa ao caráter das *novas calamidades sociais* que perdem o perfil de proble-

mas específicos e passam a se constituir em problemáticas complexas, exigindo diferentes disciplinas ou posturas para enfrentá-las. Assim, *a enfermidade de uma pessoa pode traduzir-se em um problema médico, mas se a mesma enfermidade transformar-se em epidemia, ultrapassará o campo estritamente médico* (Cepaur, 1986). O fato de analisar qualidade de vida a partir de pacientes que se dizem doentes, remete a essa constatação de estar lidando com algo que escapa ao saber médico, mas que requer uma nova dimensão de análise. É sob esse aspecto que residem as indagações maiores, ou seja, pensar na qualidade de vida a partir de um outro referencial.

A explicitação de qualidade de vida requer, desta forma, um outro olhar. Qualidade de vida para Buarque (1993) é um conceito muito antigo e embora não seja ainda bem definido, tem sido, recentemente, associado à capacidade de consumo e confundido com modernidade. Atualmente, nessa concepção, qualidade de vida passou a ser simbolizada mais pelo consumo exagerado de bens e tecnologia de última geração do que uma conquista decorrente do uso social de bens e da tecnologia.

Em função disso, o conceito de qualidade de vida passa a ser a busca de uma *utopia*, pois que ficou caracterizada pela crença de que todos, ao desejarem, teriam acesso a ela ou aos equipamentos que a simbolizam. Assim, ao final do século XX, a grande evidência é a "consciência da impossibilidade de realizar essa utopia", ou seja, a qualidade de vida como sinônimo de consumo passa a ser impossível (Buarque, 1993: 157). Essa constatação é a diluição dos grandes aportes teóricos e dos paradigmas estabelecidos no final do século XIX. As técnicas não eliminaram, de todo, a fome, a violência, a ignorância e ainda serviram para aumentar a desigualdade entre os homens e ameaçar o futuro pelas novas armas e pela degradação ambiental.

A percepção dos limites do crescimento e da consciência de que o progresso econômico serve de base para a qualidade de vida pelo consumo, passam a funcionar como um fator ameaçador para a

sociedade e não como uma promessa de salvação. O avanço técnico, em vez de reduzir, tem criado necessidades e diminuído a crença de que será capaz de oferecer respostas à toda essa problemática planetária. Apesar do pragmatismo e descrença do autor, procuro relativizar suas afirmações, pois tal descrença é resultado de inúmeras constatações da realidade, não se pode desprezar toda a democratização do acesso a bens e consumo que a modernidade impõe para um número cada vez maior de pessoas.

Contudo, a partir das afirmações de Buarque, pode-se afirmar que, os diversos objetivos da utopia de construir um projeto de qualidade de vida, mantendo-se os mesmos padrões de consumo, não serão possíveis, pois, algumas prioridades serão quebradas e se mostrando inviáveis, tais como: o crescimento econômico limitado; o desejo de igualdade entre os homens; o socialismo, a liberdade e as ameaças crescentes, decorrentes dos riscos tecnológicos e ambientais imputados a um número cada vez maior de indivíduos. A possibilidade de destruição da própria civilização por alguns detentores do poder; o internacionalismo submergido nas lutas nacionalistas e nas dimensões do processo migratório. Porém, os avanços colocados por esse mesmo estado de descrença e anomia não podem ser deixados de lado, pois algumas novas dimensões estão sendo incorporadas; o ecologismo, o debate sobre o crescimento zero, os direitos à opção sexual e o feminismo, são questões que auxiliam no debate sobre a democratização e um novo modelo de desenvolvimento e de qualidade de vida.

Assim, embora nem todos possam concordar com essas afirmações, muitos dos indicadores de qualidade de vida do sistema industrial estão sendo colocados em risco. A sociedade utópica em construção fica distante da observação da realidade de violência, de fome, de desigualdade, de medo que existe ao redor do mundo; a consciência dos limites do crescimento impede o consumismo em massa; a sociedade igualitária fica impossível quando se percebe a desigualdade crescente e a explicitação de um *apartheid* social; o fracasso das leis de mercado e do poder do planejamento impedem a

construção da qualidade de vida enquanto seu significado utópico, mas coloca a discussão de uma busca de qualidade de vida real e possível.

Buarque afirma que a centralidade desta discussão perpassa a noção de *apartheid* social que significa, em uma aproximação, *o sentido de separar e adaptar categorias sociais, em vez de categorias raciais*⁶. Ou seja, a base de uma concretização de qualidade de vida para todos passa pela eliminação do *apartheid* social e pela discussão de uma nova racionalidade econômica. Um novo projeto civilizatório para a sociedade pode ser contemplado por dois caminhos, visando a busca e o redimensionamento da nova utopia. Por um lado, pode-se abandonar os valores éticos da igualdade para continuar no rumo da utopia do consumo para poucos; ou por outro, pode-se redefinir o conceito de modernidade e de qualidade de vida (Buarque, 1993).

Esse projeto de uma nova racionalidade traduz-se na necessidade de se buscar uma nova ética, calcada na possibilidade que seria oferecida pela inovação técnica que estaria subordinada aos sonhos de igualdade e, de outro, os valores de igualdade de direitos seriam abandonados, a técnica seria liberada e os sonhos, ignorados. Tanto um caminho quanto o outro é difícil, pois a redescoberta da necessidade ética na condução das necessidades dos homens reflete, talvez, o maior dos fracassos da utopia materialista do consumo. O que fica evidente é que o processo civilizatório foi incapaz de construir a *utopia*, no entanto, trouxe um sentimento de fracasso na qualidade de vida. E esse sentimento não é algo teórico, pois que, vivenciado no cotidiano pelos indivíduos.

Em suma, Buarque alerta que restam duas opções sobre os caminhos a serem escolhidos. Uma, onde persiste a qualidade de vida que valorize o consumismo com *apartheid*; ou uma nova qualidade de vida, que elimine o *apartheid* e se baseie em uma nova ética. O que estão em jogo são os conceitos de igualdade, democracia e acesso possível de um número cada vez maior de pessoas a bens

básicos (moradia, emprego, alimentação, ambiente saudável, etc) tendo qualidade de vida como meta.

Com relação ao desenvolvimento brasileiro, o autor faz questão de frisar que o Brasil chega ao final do século XX com um saldo de realizações importantes em termos econômicos, pois atingiu-se um nível de desenvolvimento compatível aos países industrializados, via um número significativo de prioridades técnicas (estradas, indústrias, tecnologia de ponta, etc.), porém não construiu *autopia* que imaginava⁷, e regrediu no que se refere à qualidade de vida de toda sua população, inclusive daqueles que conseguiram elevar o padrão de consumo. A partir das últimas décadas, emergiu de um quadro agrícola monoexportador para um de industrialização, de uma sociedade rural para uma urbana; de pequeno para grande exportador agrícola; de uma população sem acesso a educação para uma situação onde aparecem grandes universidades, centros de pesquisa; presença de hidrelétricas; de importador total de petróleo para produtor em poços submarinos; sem contar com a presença de uma dinâmica indústria automobilística e alguns dos maiores aeroportos do mundo. Assim, o *Brasil nos anos 90 é um país com total realização de sua modernidade* (Buarque, 1993).

Apesar de todo esse quadro, o país apresenta alguns problemas importantes, os níveis de pobreza da população, em geral, aumentaram significativamente e os projetos sociais (como educação e saúde pública) mostram dados alarmantes. A média de escolaridade do brasileiro não passa de 3,5 anos e contamos com algumas das mais primitivas doenças endêmicas (malária, leishmaniose, etc.), além de convivemos com doenças dos países industrializados. Provavelmente, em função da qualidade de vida esperada com a modernidade, não foi possível *implantar uma sociedade com um mínimo de qualidade de vida* (Buarque, 1993: 161).

Desta forma, só será possível alguma saída para o país e também para a realidade planetária se o conceito de qualidade de vida e os rumos da sociedade forem repensados. A hierarquia criada pelo

processo de modernização, com a técnica como objetivo central de orientação da qualidade de vida e da racionalidade econômica, tem que ser subvertida. Qualidade de vida deverá ser definida por valores éticos determinantes. Os objetivos sociais partiriam desta nova hierarquia e determinariam a racionalidade econômica e as técnicas (Buarque, 1993: 162). Estaríamos de frente para uma modernização ética, onde o conceito de qualidade de vida possuiria seis dimensões: democracia; abolição do apartheid social; equilíbrio ecológico; descentralização, eficiência econômica e abertura internacional. As tradicionais utopias do século XX seriam respeitadas (igualdade e consumismo), mas a igualdade seria redefinida (igualdade de direitos) e o consumismo ficaria subordinado aos novos valores⁸.

Em outros autores, procurando respeitar essa abordagem, serão encontradas contribuições para o conceito de qualidade de vida. Crocker (1993) discute o conceito de qualidade de vida⁹, com base na elaboração de uma nova e importante ética para o desenvolvimento internacional. Ele acredita que temas como pobreza, degradação ambiental e fome são indicadores de deficiências científicas, técnicas, políticas, conceituais e éticas. Parte de sua análise é baseada em uma reflexão crítica de conceitos morais pressupostos na economia do desenvolvimento, no *policy making* e na ação pública que é desenvolvida por Sen, um economista indiano e teórico da escolha social, complementada pelo diálogo com a filósofa Nussbaum, uma das principais estudiosas do pensamento grego e da ética aristotélica. Ambos defendem uma "ética da capacidade" inovadora e promissora e uma ética internacional do desenvolvimento.

Crocker trabalha na perspectiva *teórico-prática do desenvolvimento*, enfatizando a presença de uma orientação moral para o modelo de desenvolvimento através do reconhecimento de bens, utilidades e da satisfação de necessidades básicas. Para tanto, é importante a compreensão do processo de desenvolvimento nacional e internacional como expansão de capacidades humanas básicas e como promoção de formas valiosas de existência e de atividades. As categorias morais fundamentais são preponderantes em sua

análise para a reformulação das noções de liberdade, direitos e justiça.

O conceito de desenvolvimento é sempre impregnado de valor, pois pode produzir critérios importantes na avaliação de uma mudança social significativa, ou seja, uma *mudança benéfica* é aquela que permite a “realização de uma vida melhor” para os seres humanos. O desenvolvimento tem por objetivo último melhorar a qualidade de vida que os seres humanos estão tendo. Tanto na teoria quanto na prática, em consequência, o desenvolvimento deve ser definido em relação ao que os seres humanos podem e devem ser e fazer. O conceito de desenvolvimento abrange a promoção de certas efetividades (functionings¹⁰) humanas e a expansão das capacidades humanas de realizar essas formas de existência e de atividade (Crocker, 1993).

Desta forma, percebe-se uma redefinição do conceito de desenvolvimento e a defesa de uma ética explícita para o desenvolvimento. Essa nova maneira de entender o processo e essa nova ética embutida na proposta recoloca uma nova ótica, ou seja, a possibilidade de solucionar algumas das mais exaustivas controvérsias às que opõem objetivismo a subjetivismo, absolutismo a relativismo, essecialismo a antiessencialismo e universalismo a particularismo. Ao mesmo tempo, ajuda-nos a entender como a investigação moral pode superar as fronteiras nacionais e culturais e contribuir para a criação de uma ética global.

Outro ponto importante é aquele que reconhece que uma ética do desenvolvimento precisa ser elaborada em relação dialética com a investigação empírica sobre o que causa e impede o bom desenvolvimento, assim como o que produz e evita a pobreza, a fome endêmica, a exploração, o sexismo e outras deficiências do desenvolvimento. As ciências sociais necessitam da ética para esclarecer o que devemos entender por *privação humana*, *bem-estar*, *padrão de vida*, *qualidade de vida e desenvolvimento*.

Assim, a preocupação com o desenvolvimento não está centrada somente num debate teórico e normativo, mas principalmen-

te, na prática e nas políticas de desenvolvimento. A ética situa-se em um contexto de interação dialética com outros elementos da teoria e da prática do desenvolvimento. Principalmente no que diz respeito à necessidade de definição de categorias fundamentais para identificar certos bens ou mercadorias como intrinsecamente valiosas ou como eticamente básicas para a qualidade de vida.

Para Crocker, é importante avançar na enumeração dos bens primários sociais. Esses bens são aqueles que todos os indivíduos desejam, independentemente de suas diferenças, e com os quais se lançam para sua obtenção. No entanto, o conceito de direito tem prioridade sobre o de bens, porque este último difere a partir das escolhas que cada indivíduo pode realizar a partir de sua própria concepção do que necessita. Os indivíduos para exercitarem suas capacidades morais, serem livres e iguais, precisam dispor de certos bens primários, pois as liberdades essenciais, como liberdade de consciência, liberdade política, de movimento e de escolha da ocupação são determinadas a partir de um *background de oportunidades diversas*, traduzido em responsabilidade que é fruto da origem, da estrutura econômica e das bases sociais de cada indivíduo (Crocker, 1993: 111).

A teoria dos bens primários¹¹ seria uma boa forma de avaliar a situação das pessoas e de fazer comparações interpessoais se as mesmas fossem semelhantes, entretanto, como não são, persistem as diferentes concepções de necessidades individuais. As variações inter-individuais como sexo, idade, dotes genéticos, interferem nas escolhas e capacidades desiguais de edificar a liberdade em nossas vidas, mesmo que tenhamos o mesmo complexo de bens. As pretensões individuais, os diferentes objetivos associados a diferenças individuais, devem ser considerados. O conceito de capacidades se define pelas oportunidades reais para se buscar a visão de necessidades básicas.

Se interpretamos as necessidades básicas como efetividades valiosas (e como capacidades de realização), encon-

traremos um conceito de bem-estar e de florescimento humanos que é moralmente apropriado, conceitualmente fundamental e operacionalmente prático. Ou seja, seremos capazes de cumprir o objetivo original da visão de necessidades básicas sem recair no fetichismo das mercadorias ou no subjetivismo utilitarista (Crocker, 1993: 128). E chegaremos a uma dimensão possível para analisar necessidades básicas, aquela denominada por Heller, como teoria das necessidades radicais, onde necessidade radical é aquela que é caracterizada por sua natureza qualitativa de satisfação (Granjo, 1996).

A abordagem e compreensão desta necessidade diz respeito a um conjunto de elementos objetivos e espirituais, que possuem uma grande dose de radicalidade para sua obtenção, pois representam a *singularidade e idiosincrasia de pessoas e comunidades*. Para Heller, a necessidade é indubitavelmente uma categoria social, embora sejam sempre individuais, pois, podemos compreender as necessidades de cada pessoa, porém a essência de cada uma destas necessidades diz respeito somente às diferenciações de cada indivíduo. Faz parte do entendimento de necessidades a compreensão de que as mesmas transitam entre carências e desejos. Os desejos são individualizados e podem permanecer no inconsciente do indivíduo e, por isso, não podem ser totalmente verbalizados. As carências, por sua vez, são abstrações. Assim, a necessidade é um conceito genérico, os desejos manifestam a relação psicológico-emocional e subjetiva com as necessidades e, as carências, descrevem um tipo de necessidades que a sociedade atribui aos seus membros em geral (Heller, 1996).

Nesse sentido, qualidade de vida, pela ótica da saúde mental, estará relacionada diretamente às necessidades, carências e aos desejos dos indivíduos. A capacidade de satisfazê-los e de lidar com a insatisfação de sua não realização contribuem fortemente para comprometer a psique do indivíduo. Essas possibilidades estarão vinculadas diretamente à forma como a sociedade e suas transformações na modernidade foram capazes de contribuir para a construção

do indivíduo enquanto um ser social. Assim, a expressão das frustrações relacionadas a não satisfação das necessidades está na base desta problemática.

Desta forma, Buarque e Crocker apontam em uma mesma direção com relação às possibilidades de conquistar uma melhor qualidade de vida, pois ambos autores chamam atenção para uma nova ética nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais e, paradoxalmente, para a busca de uma nova utopia. As dimensões de necessidades sentidas e satisfeitas estiveram presentes nessa análise para a qualidade de vida.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que se encontra imbricada na temática de toda essa discussão diz respeito à questão da cidadania, do direito a um ambiente saudável, das necessidades satisfeitas e conseqüentemente à uma qualidade de vida mais satisfatória, a uma nova ética que regularize todo esse sistema de valores, principalmente quando se trata de um ambiente transformado, uma estrutura sócio-cultural deteriorada, carências básicas e um panorama mundial pouco animador.

Qualidade de vida, portanto, deverá ser aqui entendida através de três eixos principais. Um primeiro, diz respeito à satisfação e o acesso a bens básicos como educação, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente adequado, serviço de saúde, etc., e à qualidade do acesso a esses bens, como sistemas de educação e saúde eficientes e que atinjam seus objetivos; sistema de transportes coletivos satisfatórios; alimentação e salários condizentes com as necessidades do indivíduo e de sua família. O segundo eixo, diz respeito ao acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos como cultura; lazer; relações afetivas e sexuais plenas; relações familiares fundamentais; relação com a natureza;

relações plenas com o trabalho. E, por último, o terceiro eixo, denominado de bens ético-políticos por compreender o acesso às informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, a participação política e o envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local da vida cidadina e a cidadania.

Só será possível entender qualidade de vida como o somatório das condições objetivas e subjetivas do ser, expressas no cotidiano dos indivíduos em decorrência das macro e micro transformações sócio-ambientais que a sociedade atravessa. O indivíduo, nesse enfrentamento cotidiano, encontra respostas para afirmar ou negar essas transformações. Poderá legitimar politicamente seu cotidiano ou alienar-se. Construir condições saudáveis de vida ou patologias. Por isso, no item subsequente, será analisada como a qualidade de vida pode se elucidada através da observação da *não satisfação* das carências mais imediatas da população.

As possibilidades teórico-metodológicas para se tratar qualidade de vida e ambiente na dinâmica da Sociologia contemporânea apresentam-se extremamente ricas e promissoras. No entanto, para que isso ocorra é fundamental apontar alguns caminhos a serem seguidos. Nesse sentido, acredita-se ser viável um investimento em pesquisas com abordagens que priorizem o cotidiano dos moradores de sociedades complexas, levando-se em conta a questão fundamental da cidadania, da ética e dos valores individuais que tenham compromisso com a lógica do coletivo. Essa lógica pressupõe pensar o coletivo a partir da transformação da sociedade em algo para além da constituição de massas anônimas, mas para um coletivo que valoriza os desejos e as necessidades dos indivíduos que o compõe. Para tanto, novos olhares precisarão ser lançados e considerados, visando ampliar o tema, mas sobretudo, para encontrar saídas plausíveis para os problemas sociais que desafiam à todos nós.

NOTAS

- (1) Reporto o leitor para análise sobre essa perspectiva histórica já discutida por mim em BARBOSA, 1990.
- (2) Esta publicação é composta por relatórios anuais, publicados a partir de 1990, pelo Worldwatch Intitute, com sede em Washington, USA, organizados por Lester Brown com o sugestivo título **Salve o Planeta! Qualidade de vida**, seguido do ano a que se refere a publicação 1990 a 1996. Em geral, o primeiro capítulo discute uma abordagem mais teórica sobre um tema específico e os capítulos precedentes discutem temas frutos de pesquisas realizadas em alguma parte do mundo sobre a relação do meio ambiente e o desenvolvimento. No Brasil, são publicados pela Editora Globo.
- (3) Reporto o leitor para SOUZA, 1984 e **LUA NOVA**, nº 31, 1993.
- (4) BARBOSA, 1990, 1992 e 1996. CARMO, 1993 e 1995. LEAL, 1995. MATAVELE, 1992; dentre alguns.
- (5) Reporto o leitor para GALTUNG (1979); MONTES & LEFF (1986); GALLOPÍN (1986), dentre os mais importantes.
- (6) Esse termo que faz uso Cristovam Buarque, foi por ele definido em BUARQUE, n.º 17, 1994.
- (7) A famosa frase *Brasil, país do Futuro!*, soa hoje e cada vez mais como de um profundo mau gosto.
- (8) Aqueles que o autor já fez referência: fim do *apartheid*, respeito ecológico, democracia, descentralização, e diversidade.
- (9) CROCKER procura rediscutir e reelaborar o conceito de qualidade de vida a partir de dois autores, Amartya Sen e Martha Nussbaum, em diferentes trabalhos dos dois autores e em diferentes épocas. A contribuição dos dois autores é muito importante para a abordagem do conceito como será visto no texto.
- (10) O termo efetividades - functionings é usado num sentido muito específico, pois "coisas como crescimento econômico ou o aumento do PIB per capita são somente meios para algo diverso. Esse algo diverso diz respeito ao bem estar, à qualidade de vida e ao padrão de vida humanos. O desenvolvimento deve ser definido em relação àquilo que seres humanos podem e devem ser e fazer" (Crocker, 1993: 101). Esse termo, então, serve para designar esses modos de ser e atividades.
- (11) Crocker desenvolve o conceito de teoria dos bens primários a partir de RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge-MA, Harvard University Press, 1971.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Industrialização, Ambiente e Condições de Vida em Paulínia, SP. As representações de Qualidade Ambiental e Saúde para Médicos e Pacientes.**

- Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Salud, Ambiente y Ciudadania: el caso de Paulinia, Sao Paulo, Brasil*. **Revista Interamericana de planificacion**. Volumen XXV, numero 98, abril-junio, 1992.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Ambiente, qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais*. In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo (orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992 (a): 193-210.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão sócio-ambiental**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- BROWN, Lester (org.)/WORLDWATCH INSTITUTE. **Salve o Planeta! Qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Globo, 1990 à 1995.
- BROWN, Lester, FLAVIN, Christopher & POSTEL, Sandra. *O Planejamento de uma sociedade sustentável*. In: BROWN, Lester (org.). **Salve o Planeta! Qualidade de vida - 1990/ Worldwatch Institute**. Rio de Janeiro: Globo, 1990.
- BUARQUE, Cristovam. *Qualidade de Vida: a modernização da utopia. Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, no. 31, São Paulo, 1993.
- BUARQUE, Cristovam. *Apartação - Um dicionário - Subsídio*. Texto para Reflexão e Estudo. Brasília: INESC, ano II, nº 17, 1994.
- CARMO, Roberto Luiz do. **O Conceito de Qualidade de Vida: uma primeira abordagem**. Campinas,. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Ano 3, nº 4, 1993 (Série Monografia).
- CARMO, Roberto Luiz do. **População, Meio Ambiente e Qualidade de Vida: o caso de Campinas (1970 - 1991)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

- CENTRO DE ALTERNATIVAS DE DESARROLLO (CEPAUR). *Desarrollo a Escala Humana. Una opción para el futuro*. Artigo 1. América Latina: Crisis y perplejidad. **Development Dialogue**, Número especial. Santiago: CEPAUR/Fundación Dag Hammarskjöld, 1986.
- CORDEIRO, Hésio. *A Qualidade de Vida Urbana e as Condições de Saúde: o caso do Rio de Janeiro*. In: SOUZA, Amaury (org.). **Qualidade de vida urbana**. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CROCKER, David. *Qualidade de Vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum*. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, nº. 31, 1993.
- GALLOPÍN, Gilberto. *Ecología y Ambiente*. In: LEFF, Enrique (coord.). **Los Problemas del conocimiento y a perspectiva ambiental del desarrollo**. Mexico: Siglo o Veintiuno, 1986.
- GALTUNG, Johan. *Development, environment and technology. Towards a technology for self-reliance*. **United Nations Conference on Trade and Development**. Geneva, 1979.
- GRANJO, Maria Helena Bittencourt. **Agnes Heller**. Filosofia, moral e educação. Petrópolis: VOZES, 1996.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria das necessidades revista*. Petrópolis: VOZES, 1996. 18 p. Apêndice de GRANJO, Maria Helena B. **Agnes Heller**. Filosofia, moral e educação. Petrópolis: VOZES, 1996.
- JACOBI, Pedro. *A percepção de problemas ambientais urbanos em São Paulo*. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, São Paulo, nº. 31, 1993.
- LEAL, Antonio Cezar. **Meio Ambiente e Urbanização na Microbacia do Areia Branca - Campinas, São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geociências/ Área de Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Aplicadas, Universidade Estadual Paulista, 1995.

- LUA NOVA. **Qualidade de Vida**. São Paulo: Cedec, nº 31, 1993.
- MATAVELE, Joaquim. **Ecologia e qualidade de vida: o caso da favela Vila Nogueira (Campinas, SP)**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- MONTES, José Maria & LEFF, Enrique. *Perspectivas Ambientais del Desarrollo del Conocimiento*. In: LEFF, Enrique (coord.). **Los Problemas del conocimiento y a perspectiva ambiental del desarrollo**. Mexico: Siglo o Veintiuno, 1986.
- MORIN, Edgar. **O Método**. Lisboa: Ed. Europa-América, 1980.
- MORIN, Edgar. **O Paradigma Perdido: a natureza humana**. 3ª ed. Lisboa: Ed. Europa-América, 1973.
- SOUZA, Amaury (org.). **Qualidade de vida urbana**. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.